

As transformações e a dinâmica na ocupação do território em Lucas do Rio Verde-MT

The transformations and dynamics in the occupation of the territory in Lucas do Rio Verde-MT

DOI:10.34117/bjdv6n11-246

Recebimento dos originais: 19/10/2020

Aceitação para publicação: 12/11/2020

Natalício Pereira Lacerda

Graduação em Administração pela Faculdade da Ciência da Computação Cristo Rei (1993)

Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2008)

Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul -RS (2013)

Docente Adjunto VII da Universidade do Estado de Mato Grosso

E-mail: natalicio@unemat-net.br

Almir Arantes

Graduação em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Londrina (1986)

Mestrado em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1993)

Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2012)

Professor adjunto V da Universidade do Estado de Mato Grosso

E-mail: almir.ski@hotmail.com

Marines Orlandi

Graduação em Administração pela Universidade Paranaense (1992)

Graduação em Licenciatura Plena em Disciplinas Profissionalizantes pela Universidade Paranaense (1995)

Mestrado em Administração em Recursos Humanos pela Faculdade de Administração de Empresas do Estado de São Paulo (2003)

Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2014)

Professora adjunto da Universidade Estadual do Estado do Mato Grosso

E-mail: marines@unemat-net.br

Silvio Cezar Arend

Graduação em Ciências Econômicas (FISC, 1999)

Mestre em Economia Rural (UFRGS, 1993)

Doutor em Economia (UFRGS, 2001)

Professor da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), lotado no Departamento de Ciências Econômicas e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR)

E-mail: silvio@unisc.br

RESUMO

O presente estudo aborda o processo de ocupação territorial do município de Lucas do Rio Verde, localizado na região norte mato-grossense, originário de projetos de colonização pública nos

anos de 1980. A escolha específica desse município como base de estudo deu-se em função das peculiaridades históricas que evoluíram a implantação do seu projeto de colonização, pelo seu dinamismo econômico e o processo segregação urbana. O objetivo deste estudo é investigar e analisar as conexões entre migração e desenvolvimento e sua relação com a segregação social que culminaram com a reconfiguração territorial do município.

Palavras-Chave: Território, colonização, ocupação.

ABSTRACT

This study addresses the territorial occupation process of the municipality of Lucas do Rio Verde, located in northern Mato Grosso, originating from public colonization projects in the year 1980. The specific choice of this city as a study base was given due historical peculiarities that evolved the implementation of its colonization project, its economic dynamism and urban segregation process. The aim of this study is to investigate and analyze the connections between migration and development and its relationship with the social segregation that led to the territorial reconfiguration of the municipality.

Keywords: Territory, colonization, occupation.

1 INTRODUÇÃO

O norte de Mato Grosso, até meados do Século XX, era caracterizado como uma imensa região quase vazia. Mas nos últimos 50 anos começou a transformar-se sob o impacto das políticas para a ocupação do Brasil Central e da expansão da economia brasileira através da agricultura e pecuária

Vários foram os projetos de ocupação da região, oficiais ou particulares, que contribuíram para sua integração na economia nacional e mundial. Porém nesta vasta gama de projetos, um projeto chamou minha atenção: o Projeto Especial de Colonização (PEA) implantado no Município de Lucas Rio Verde em 1981, este projeto se destinava a atender populações a serem removidas compulsoriamente por atos do governo, localizado no eixo da rodovia Cuiabá-Santarém, entre os Municípios de Sorriso e Nova Mutum no norte do Estado de Mato Grosso.

O município de Lucas do Rio Verde, originário de projeto de colonização pública foi viabilizado pelo Programa de Colonização Dirigida, que propunha assentar famílias de sem terras oriundas do Estado do Rio Grande Sul nos anos de 1980. Os assentados que ocuparam essa área, totalizaram 203 famílias, originários do acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta/RS. Para Lucas do Rio Verde igualmente se deslocou um grupo de 50 famílias oriundas de São Paulo, ligadas à Cooperativa Agroindustrial Holambra, sendo que os lotes distribuídos em tamanhos que variavam de 100 a 500 hectares. Essas pessoas foram vinculadas à Cooperativa Lucas do Rio Verde (COOPERLUCAS) que, juntamente com o INCRA, foi responsável pela assistência técnica dos posseiros e parceiros. Esse envolvimento pode ser observado na organização, no planejamento, desenvolvimento, crescimento e infraestrutura do núcleo urbano do município (ROCHA, 2008).

Como o surgimento do município esteve diretamente ligado ao projeto de colonização do INCRA, os parceleiros, apesar de terem chegado antes dos assentados da Cooperativa Holambra, não foram reconhecidos pelos assentados e posseiros, sendo considerados como desordeiros e inaptos ao trabalho no campo. Os posseiros e os assentados da cooperativa, no entanto, eram valorizados, considerados empreendedores com espírito de solidariedade e coragem. Neste processo de ocupação, as desigualdades econômicas e sociais chamam a atenção em relação à forma de uso da terra e as práticas produtivas, além de outros fatores, como o político e o cultural, denotando um jogo de forças das representações sociais específicas de cada grupo, buscando o controle de fatores econômicos e políticos. Iniciou-se, portanto, naquele momento, o processo de exclusão (ROCHA, 2008).

Conforme apontam Santos e Silveira (2001), esses espaços globalizados tanto são agrícolas como industriais e de serviços e caracterizam-se pela sua inserção numa cadeia produtiva global, pelas relações distantes e, frequentemente, estrangeiras que criam. A este processo fluido das fronteiras, que em mundo globalizado, estas se tornam líquido, dá um falso poder de participação mundial, contudo o território não é “global”. No entanto, o comportamento dos agentes e dos lugares que não são globalizados é direta ou indiretamente, influenciando e subordinado, acarreta efeitos não desejados e não previsíveis. Produz-se um efeito de entropia das empresas globais e das empresas sobre as nações e os lugares, na medida em que, para melhor funcionarem, tais empresas criam ordem para si mesma e desordem para o resto. De modo geral, e como resultado da globalização da economia, o espaço nacional é organizado para servir às grandes empresas hegemônicas e paga por isso um preço, tornando-se fragmentado, incoerente, anárquico para os demais atores.

Os pequenos centros urbanos ou espaços rurais urbanizados, como menciona Veiga (2001), como a cidade Lucas do Rio Verde, têm enfrentado vários problemas ligados às migrações internas devido à falência das bases econômicas e o redimensionando das atividades produtivas de outras regiões do país. Esse fator tem aumentando a concentração populacional nesse novo centro urbano, contribuindo para a expansão do perímetro urbano e ao aparecimento de núcleos de pobreza e um crescente aumento no processo de segregação socioespacial.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando a um melhor encaminhamento da pesquisa foram adotados alguns procedimentos metodológicos para sua análise e compreensão. A perspectiva adotada nesta pesquisa foi da corrente de pensamento de inspiração marxista sócio-histórica, imbricada ao materialismo histórico-dialético. O estudo partiu do território ocupado e as relações de produções capitalistas, fundamentadas na

propriedade privada, que dividem o espaço, convertendo-o em mercadoria. Percebeu-se com essa abordagem teórica fundamentar o objeto dessa pesquisa imprimindo-lhe algumas características próprias de forma qualitativa.

Para isso, foram utilizados os seguintes métodos e técnicas de pesquisa: a bibliográfica que foi feita em documentos oficiais como decretos, leis, em revistas, jornais, mapas e páginas eletrônicas, além de dados quantitativos oficiais e entrevistas não diretivas.

As entrevistas foram feitas com os atores sociais, responsáveis pela produção do espaço: políticos, moradores, presidentes da associação de moradores, empresários, professores, produtores agrícolas, investidores, trabalhadores urbanos e rurais que habitam o município de Lucas do Rio Verde, em um total de 26 entrevistas. Trata-se de entrevistas não diretivas que, segundo Richardson e colaboradores (1989, p. 163) implicam que “O entrevistado deve ter liberdade de falar, deve poder abordar o tema na forma que ele quiser. O entrevistador não deve fazer perguntas específicas [...]”. Observa-se que se propiciou o anonimato dos entrevistados ao indicar-lhes uma identificação cujas iniciais refletem situações e contextos e não seus nomes e sobrenomes.

3 A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE

O município de Lucas do Rio Verde nasceu a partir da política de integração nacional promovida pelo governo militar. Estradas eram necessárias ao povoamento e à ocupação territorial, então, o 9º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro realizou a abertura da rodovia BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA). Com a rodovia, iniciou-se a colonização da região, às margens do Rio Verde, na segunda metade da década de 1970.

Em 1977, chegaram alguns colonizadores que foram denominados posseiros e, em 1979, a região já contava com 26 famílias que se concentravam principalmente na região do lago azul, cogitado inicialmente para sediar o município.

O Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) Lucas do Rio Verde foi o projeto mais importante em Mato Grosso em termos de superfície, com cerca de 220.000 hectares. Os outros PACs foram desenvolvidos em espaços desocupados, enquanto o PAC Lucas do Rio Verde se estabeleceu em um território onde já existiam posseiros em mais de 65.000 hectares. O projeto previa a venda de lotes de 200 hectares, cuja metade deveria ser mantida em reserva florestal. Os lotes deveriam ser pagos pelo colono em um prazo de 20 anos. Foram ocupados, à época, aproximadamente 197 mil hectares de cerrados e fitofisionomias de domínio amazônico (DLUZNIEWSKI, 2006).

No fim de 1982, o INCRA regularizou os posseiros instalados antes da realização do PAC e procurou parcerias para organizarem as ocupações das terras que ainda se encontravam desocupadas. A COOPERLUCAS, cooperativa de empresários rurais do interior do Estado de São Paulo, ligada à cooperativa Holambra, assinou acordos com o INCRA para a instalação de 900 famílias associadas à cooperativa.

O INCRA instalou os parceiros e construiu a infraestrutura. O PROTERRA financiou aproximadamente 25 hectares para cada família para que os abrissem e plantassem neles as primeiras culturas. Apesar disso, como vários produtores não tiveram capacidade de financiar os custos de mecanização, correção e adubação das parcelas das terras, abandonaram rapidamente seus lotes. Em 1983, permaneciam somente 18 das 200 famílias assentadas no primeiro ano. Os fatos ocorridos servem como afirmação de que todo processo de ocupação deflagrado pelo governo brasileiro se constituiu em uma inclusão precária. Ao chegarem, os parceiros foram segregados economicamente e acabaram novamente excluídos econômica e espacialmente.

Desse modo, elucida Martins (2009) que a área maior de terra lança o pequeno agricultor a outra escala de relacionamento com o capital. A diferença entre a situação atual e a anterior é que, no Sul, o crescimento da família e dos filhos gerava uma escala de necessidades que não podia ser atendida pelo trabalho, comprometendo a reprodução social familiar. Em Mato Grosso, a terra poderia absorver todo o trabalho da família, porém essa faina foi insuficiente para transformar o cerrado em terra produtiva. Essa incapacidade foi suprida por tecnologia que, no Sul, limitava-se ao arado e ao boi, mas o cerrado exigia o trator e a colheitadeira; porém os parceiros foram ao Mato Grosso com a ilusão de ter (possuir a terra) e de ser (protagonistas de mudanças sociais), o que não aconteceu.

Segundo Moreno (2005) a promoção da modernização do campo era conservadora, pois propunha a reforma agrícola sem alterar a estrutura fundiária. Como consequência, houve a expansão horizontal da agricultura com apelo pela especulação de terras nas regiões de fronteira agrícola, o que implicou a redefinição das formas de organização da produção e relações de trabalho no campo.

Explicitava-se uma estratégia de distribuição controlada da terra, porém com o predomínio da parcela monopolista do capital, ou seja, das grandes empresas que tinham acesso direto à terra e ao crédito. E os migrantes que não tinham acesso à terra fixavam-se nas cidades. Dessa forma, a urbanização cumpre um papel fundamental na formação de um mercado de força de trabalho, necessário aos empreendimentos capitalistas, nacionais e estrangeiros (MACHADO, 1982).

Em 1986, o núcleo de Lucas do Rio Verde foi elevado à condição de Distrito de Diamantino e, em 04 de julho de 1988, por meio da Lei Estadual nº 5.318, alcançou autonomia político-administrativa,

tornando-se município, com cerca de 5.500 habitantes. O município de Lucas do Rio Verde, segundo o censo do IBGE 2010, conta com 45.556 habitantes¹.

O município de Lucas do Rio Verde recebeu, no ano de 1989, o título de doação onerosa do perímetro urbano do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) que, no mesmo ano, aprovou o primeiro perímetro, com uma área de 1.405,0024 ha, passando a ter os seguintes limites e confrontações: NORTE: Rio Verde e Setor 13; LESTE: Setor 13; SUL: Setor 13 e Setor 02; OESTE: Setor 01 e Setor 02 conforme Lei Municipal nº026/89.

No projeto urbanístico original, elaborado pelo MIRAD, todas as vias foram projetadas com largura de 20 m. Algumas vias foram reformuladas com desapropriações de 1,00 a 2,00 metros de cada lado, alterando assim seus dimensionamentos, para larguras variando de 22,00 a 24,00 metros.

Em 2002, foi aprovada a Lei Municipal nº 887/2002, que ampliou o perímetro urbano. Já em 16 de junho de 2003, nova alteração do perímetro urbano foi realizada. O novo perímetro urbano ficou com uma área de 2.256,57 ha. A expansão do perímetro urbano se deveu ao aumento crescente da população oriunda da constante recepção de migrantes de várias regiões do Brasil, principalmente da região Nordeste.

O município de Lucas do Rio Verde, com expressivos 135,8% de crescimento entre os anos de 2000 a 2010, apresentou uma taxa média anual de 9,0%. Esse crescimento acelerado se deveu à industrialização que trouxe vários problemas, obrigando a administração municipal reorganizar o espaço urbano por meio de um novo plano diretor buscando a sua expansão.

Em relação à economia do município, a soja é o principal produto cultivado e alavanca a economia local. Segundo dados do IBGE 2010, o município é considerado o 9º maior produtor do Estado de Mato Grosso, o qual é líder na produção nacional desse tipo de grão com 20,4 milhões de toneladas. Lucas do Rio Verde contribuiu para essa liderança com uma produção 756.648 toneladas.

A característica do desenvolvimento econômico do município é um projeto ambicioso que promove a expansão da soja de forma integrada a outras atividades da produção, como o esmagamento de grãos utilizados tanto para geração de bio-combustíveis, quanto na fabricação de ração utilizada como insumo na produção de derivados da carne.

Esse tipo de arranjo produtivo se consolidou em três grandes projetos industriais que já estão trabalhando de forma integrada: as unidades agroindustriais da Sadia; a esmagadora de soja da A. Maggi e a usina de biodiesel da Fiagril. A proximidade física entre as unidades produtivas dessas

¹ População estimada em 2015 de 57.285 residentes com data de referência 1º de julho de 2015, publicadas no Diário Oficial da União em 28/08/2015.

empresas permite a constatação da aglutinação de plantas industriais, conformando assim um sistema produtivo vertical cujo resultado é um “maior adensamento das relações intersetoriais” (UDERMAN; MENEZES, 1998).

O município de Lucas do Rio Verde implantou o sistema produtivo baseado na integração vertical, principalmente com a produção de grãos como soja, milho e a suinocultura; essas matérias-primas têm ocupado lugar de destaque na matriz produtiva do agronegócio luverdense. Essa situação se deve não só pela sua dinâmica interna, mas também por possibilitar a parceria produtiva entre esses segmentos e gerar divisas no mercado externo (GONÇALVES; PALMEIRA, 2006).

Percebe-se que Lucas do Rio Verde pode ser enquadrado entre aqueles municípios que passaram por adaptações em sua estrutura urbana com o objetivo de atender às demandas das atividades agrícolas, no que se refere ao “consumo produtivo” do campo, composto pelas máquinas, implementos e insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção (SANTOS, 1994).

Conforme Elias (2007, p. 54): As demandas das produções agrícolas e agroindustriais intensivas têm o poder de adaptar as cidades próximas às suas principais exigências, em virtude de fornecerem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão de obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua localização. Quanto mais intensiva e globalizada a agropecuária, mais urbana se torna sua gestão, dinamizando o setor terciário e, conseqüentemente, a economia urbana. Isso evidencia que é na cidade que se realizam a gestão e a normalização das transformações [...] do espaço agrícola.

Nas cidades, a apropriação e o uso do solo estão relacionados diretamente com a questão econômica que irá influenciar na localização e acessibilidade no espaço. Dessa forma, podemos entender como ocorre a construção de espaços segregados nas cidades.

Para Castells (1983, p.181) a segregação é o resultado da desigual distribuição do produto entre os sujeitos e que irá determinar o produto moradia no espaço. A abordagem de Castells enfatiza a estruturação da sociedade, tanto das formas urbanas, quanto da distribuição dos indivíduos nesta [...] A sociedade é definida como sendo um sistema de relações entre partes funcionalmente diferenciadas e que estão localizadas territorialmente.

Para Lipietz (1988), o fenômeno de periferização e de segregação socioespacial é marcado pela divisão desigual do trabalho que, segundo Lipietz (1988), na cidade capitalista é caracterizada pela localização de lugares específicos para produções manufatureiras, determinadas pela proximidade das matérias-primas e dos meios de comunicação. A cidade torna-se o terreno das externalidades, ao mesmo tempo em que se constitui o local de comando dos negócios econômicos, financeiros e políticos.

Uma enorme concentração de proletários desloca-se em busca da oportunidade da continuação da reprodução de sua força de trabalho.

A cidade de Lucas do Rio Verde veem-se valores assimilados como inferioridade e subordinação, expressos em bairros periféricos. Essa desconsideração aparece claramente em sua localização, cujo isolamento é fator fundamental para segregar determinados segmentos sociais da competição inerente a qualquer sociedade capitalista como no caso do bairro operário Tessele Júnior²..

Relacionado à reprodução das relações sociais, a dinâmica do espaço é inerente à dinâmica da sociedade. Cada sociedade constrói um espaço para si, de acordo com suas necessidades ou de acordo com os interesses dominantes nessa sociedade. Nesse sentido, pode-se falar de várias organizações espaciais, definidas a partir de suas várias organizações sociais. As mutações das sociedades pressupõem igualmente, mudanças do espaço, não como uma relação mecânica, mas como uma dimensão da sociedade, sendo aquele produto desta, mas também um meio e uma condição necessária para que as suas relações existam e se perpetuem (TRINDADE JR., 1998, p. 6).

O mais conhecido padrão de segregação das cidades brasileiras é o do centro para periferia. A região central é dotada da maioria dos serviços urbanos públicos e privados, é ocupada pelas classes de mais alta renda; o arrabalde, sub-equipado e longínquo, é habitado predominantemente pelos excluídos (VILLAÇA, 2001 p.143).

Em entrevista realizada com moradores do conjunto habitacional Sebastião de Matos, um deles, denominado de “Morador A”, diz: “A gente conseguiu a casa, mas o problema é que muito longe da cidade. A gente sai de manhã e só volta de noite, senão não dá tempo da gente nem almoçar. Ah, outra coisa aqui é que aqui não tem posto de saúde, nem escola”. (2013).

Para Castells (1983, p.181): A segregação é o resultado da desigual distribuição do produto entre os sujeitos e que irá determinar o produto moradia no espaço. A abordagem de Castells enfatiza a estruturação da sociedade, tanto das formas urbanas, quanto da distribuição dos indivíduos nesta [...] A sociedade é definida como sendo um sistema de relações entre partes funcionalmente diferenciadas e que estão localizadas territorialmente.

²A vila nasceu junto e a partir da instalação da fábrica da Sadia no município e foi construída em uma área alienada diretamente pela prefeitura municipal por intermédio da Lei nº1.475, de 28 de novembro de 2007. O texto da lei alienou diretamente para a Sadia, sem concorrência pública, 1.500 imóveis urbanos, cada um com 250m² localizados nos loteamentos Luiz Carlos Tessele Júnior I e II, no setor industrial II, onde atualmente é a Vila da Sadia. Essa concessão tinha a finalidade de fazer cumprir o Protocolo de Intenções firmado em 19 de setembro de 2005 entre o governador Blairo Maggi e a Sadia. Cada imóvel foi alienado no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), ficando a empresa responsável pela construção de uma unidade habitacional em cada um deles e “repassá-los aos seus funcionários sob pena de reaver são dos referidos imóveis ao patrimônio público municipal” (artigo 3º).

O pensamento liberal assume uma finalidade prática: fazer o sujeito se enxergar como espectador da realidade, ocultando as origens das mazelas sociais (MESZÁROS, 2006). Igualmente, direcionar para os oprimidos a responsabilidade por viverem da maneira como vivem; logo, são taxados como a “escória da humanidade”. Em outras palavras, é o sujeito sem renda e sem propriedade o culpado pela desigualdade social.

Exemplo disso é o bairro Tessele Junior, o qual, em sua maior parte, é ocupado por operários da Sadia (BRF) onde foram construídas 1500 residências. A separação acontece espacial e simbolicamente onde a cidade separa-se da vila, estigmatizando seus moradores principalmente os nordestinos como desordeiros, que sujam a cidade, brigam, bebem muito. Ao entrevistar um comerciante do bairro, ele relatou que:

“O bairro, nos dias de semana, é tranquilo, porém nos finais de semana a coisa fica feia, os maranhenses bebem muito, brigam. Nessa semana mesmo esfaquearam dois aqui, mas o que a gente pode fazer? A Sadia precisa de gente para trabalhar, na região não se encontra ninguém, então a Sadia manda buscar lá no Nordeste e toda semana chega um ônibus de lá” (COMERCIANTE, 2013).

O pobre, assim, é visto por essa mesma sociedade capitalista, que reifica as relações humanas e mercantiliza todas as esferas da vida cotidiana, como um perdedor, um ser desvalorizado socialmente, desprovido de competências individuais para alcançar um determinado patamar financeiro (FREIRE, 1989; GUARESCHI, 2005). Essa análise do segmento mais pobre da população reflete uma visão condicionada pelos traços mais marcantes da ideologia burguesa, difundidos largamente na sociedade (pela televisão, pelos programas assistenciais, escolas, etc.), tais como: (a) culpar os indivíduos pelos seus fracassos (quando a sociedade justifica o fracasso por uma suposta deficiência moral que está presente, por excelência, nas famílias mais pobres); (b) discurso da competência (no caso de o pobre ser considerado, por natureza, um indivíduo menos competente do que o rico, no que diz respeito à obtenção de um determinado padrão de vida) e (c) associação da pobreza com a violência (o pobre como ser essencialmente rude, bruto e violento) (COSTA, 2005). A reafirmação desse pensamento pode ser encontrada no Plano Diretor do município de Lucas do Rio Verde, ao descrever os problemas na área de saúde, com o aumento do fluxo migratório. “O número de gestantes de 10 a 15 anos é elevado nas áreas que sofrem maior migração e isso se deve ao fato de que o planejamento familiar torna-se ineficaz pela alta densidade populacional em uma residência. Há relatos de 15 habitantes em uma residência de 60 m², onde a maioria passa o dia ocioso e, principalmente por comportar pessoas em fase sexual exclusivamente ativa, promove a procriação” (PDMLR, 2008, p. 113)

Porém algumas indagações ficaram pendentes, por que trazer trabalhadores do Nordeste? Nessa entrevista foram feitas algumas correções verbais no texto para melhor entendimento do leitor: “Com o crescimento do município, precisamos de mão obra em Lucas, faltam, no mínimo, 5.000 trabalhadores, mas não de mão de obra qualificada, mão de obra bruta, pedreiro, carpinteiro para bater no chão de fábrica e não tem essa mão de obra em Mato Grosso, pois o Mato Grosso é um vazio demográfico, um gigante adormecido. Aí você começa a trazer (referindo-se ao nordestino), o sulista não se adapta muito bem aqui, ele vem para trabalhar na agricultura, mas para trabalhar em fábrica ele não se adapta e aí tem que ir ao Nordeste captar essa mão. Vem outro desafio: como fixar essa mão de obra? Precisa de escola de qualidade, PSF (Posto Saúde da Família), tem que ter praça, tem que ter área de lazer, o povo é muito de lazer, não está preocupado em poupar dinheiro, eles querem ter lazer, se divertir” (PIONEIRO e EMPRESÁRIO, 2013).

O território urbano é comumente estruturado no binômio acumulação e miséria, ocasionados em razão dos incentivos do Estado ao capital industrial e da regulação imobiliária. Essa díade repete-se nas cidades brasileiras e não seria diferente nos município de Lucas do Rio Verde. Igualmente, o urbano se reproduz geralmente por meio de áreas centrais remodeladas e bem assistidas no tocante à infraestrutura urbana ao lado de periferias marginais, dependentes, improvisadas, carentes dos mais diversos bens e serviços de consumo coletivo. Nesse caso, identificam-se dois modelos de segregação: a voluntária e a involuntária. A voluntária se dá quando o indivíduo vai habitar um determinado local da cidade por sua própria iniciativa; a involuntária quando forças externas obrigam o indivíduo a habitar ou a deslocar-se de determinados espaços.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idealização de fronteira econômica propalava em seu discurso a hegemonia do bandeirante contemporâneo, do pioneiro, reeditando um ideário de um Eldorado para atrair os primeiros fluxos migratórios nos anos de 1970. Essa estratégia foi retomada novamente para atrair um novo fluxo migrante para essas cidades do agronegócio onde os processos de segregação tende a assumir um caráter singular: a disseminação da ideia de que o “desenvolvimento” trará condições igualitárias de existência a todos os envolvidos no processo.

Porém não se pode esquecer que as políticas macroeconômicas e agrícolas em uma sociedade com economia cada vez mais integrada ao comércio global e urbanizada tal qual a dos municípios estudados, tendem a ser cada vez menos identificados como problemas rurais e não se resolvem apenas no campo ou na cidade. Isso implica que a progressiva reconversão da agricultura brasileira não poderá

se efetivar de forma independente da matriz global do desenvolvimento. Resulta daí que qualquer projeto desenvolvimento para o conjunto não terá vigência nem se consolidará sem que se inicie desde logo, um processo orientado de ajustamento das políticas macroeconômicas e agrícolas.

Faz-se também necessário uma coerência na atuação dos órgãos públicos, bem como, criação e implementação de políticas de incentivo às universidades e instituições de pesquisas, no sentido de buscar soluções às essas questões. Além disso, encorajar e incentivar a iniciativa privada a participar desse processo através de estratégias que promovam o desenvolvimento econômico, porém primando pela qualidade de vida da população e a justiça social.

Porém as decisões e mudanças não dependem somente da vontade do indivíduo, nem é resultado de uma determinação maior, mas vão sendo construídas aos poucos em função dos movimentos e posições de um todo.

Vale ressaltar ainda, que o intenso processo de modernização e industrialização da agricultura favoreceu apenas uma parte da população detentora dos recursos financeiros em detrimento daqueles desprovidos de capital. Estes acabaram buscando alguma atividade nos centros urbanos. Este foi o fator responsável pela elevada concentração da população e conseqüentemente a reconfiguração do território, que cria novas centralidades, eixos de valorização ou desvalorização da terra, provocando alterações nos preços que recaem com maior peso sob as populações mais pobres.

Que se distribui de forma desigual no território urbano, de forma dualizada entre ricos e pobres, com uma organização corporativa e fragmentada, onde as elites podem controlar a produção e o consumo da cidade, através de instrumentos como o Estado e o mercado imobiliário, o território é utilizado não como um mero reflexo das condições sociais, mas como um condicionador dessa participação nesse sistema econômico.

Deve-se rejeitar enfaticamente a proposta de crescer antes e distribuir depois, isto é, abandonar de vez a ilusão de que os efeitos do crescimento vão difundir-se como um todo no tecido social. Permanece a nós brasileiros como desafio, a tarefa de buscar e novos modelos de desenvolvimento, de modo a torná-lo politicamente correto, socialmente justo, economicamente eficaz e sustentável.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, M. A questão urbana. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- COSTA, G. M. Trabalho, individualidade e pessoa humana. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco. 2005.
- DLUZNIEWSKI, Lucirene. Do Cerrado estéril nasce uma terra de oportunidades. Expolucas 2006. G&P. Lucas do Rio Verde: Gráfica Regente, 2006.
- ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989
- GONÇALVES, Rafael Garcia. PALMEIRA, Eduardo Mauch. Suinocultura brasileira. In: Observatorio de la Economía Latino americana, n. 71, 2006. Disponível em: <<http://www.eumed.net/coursecon/ecolat/br/>>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- GUARESCHI, P. A. Psicologia social como prática de libertação. 3º ed. Porto Alegre: Edipucrs. 2005.
- LIPIETZ, Alain. O capital e seu espaço. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1988.
- Machado, L.O. (1982). Urbanização e Migração na Amazônia Legal: Sugestão para uma abordagem geopolítica. Boletim Carioca de Geografia, 32:
- MARTINS, José de Souza Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.
- MESZÁROS, I. A teoria da alienação em Marx (I. Tavares, Trad.). São Paulo: Boitempo. 2006.
- MORENO, Gislaene e Tereza Higa, Geografia de Mato Grosso. Território, sociedade, ambiente, Entrelinhas 2005.
- PDMLR. Plano Diretor do Município de Lucas do Rio Verde. 2008. www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/#books.
- RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores: Peres, José Augusto de Souza, et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.
- ROCHA, Betty Nogueira. Em qualquer chão: sempre gaúcho! A multiterritorialidade do migrante “gaúcho no Mato Grosso”. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.
- SANTOS, M A urbanização brasileira. São Paulo. Hucitec, 1994

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

UDERMAN, Simone. MENEZES, Vladson B. Os novos rumos da indústria na Bahia. Revista Econômica do Nordeste, v. 29, n. especial, p. 715-737, Fortaleza, julho de 1998.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.